

TAIWAN – FORMOSA E NÃO SEGURA

Taiwan, que, na transição do século XVI para o século XVII, os marinheiros portugueses baptizaram como Formosa, é uma ilha com cerca de 36.000 km², localizada a sudeste da China continental, da qual está separada pelo Estreito de Taiwan. É considerada uma província por ambos os governos da República Popular da China (Pequim) e da República da China (Taipé).



Durante a 2.^a Guerra Mundial, a República da China alinou-se com os Aliados, combatendo no seu território as forças do Império Nipónico, no qual a Formosa estava inserida como colónia. A vitória dos Aliados devolveu a ilha à soberania chinesa, então governada pelo Partido Nacionalista (Kuomintang), de Chiang Kai-shek. Também por se tratar de uma potência vitoriosa, à República da China foi, então, concedido o estatuto de membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em 1949, derrotados pelas forças comunistas de Mao Tsé-Tung, Chiang Kai-Shek e os remanescentes de seu governo abalaram para a Formosa, acto que determina a separação política ainda hoje existente. Em 1971, a República da China foi obrigada a retirar-se da Organização das Nações Unidas, para que se concretizasse a entrada da China comunista. Apesar da tensão existente entre os dois regimes chineses, Taiwan tornou-se, nos últimos anos, na 16.^a potência económica mundial. Taiwan tem tirado partido da proximidade política com os EUA, com quem estabeleceu consistentes laços económicos e de defesa, pactuados através do *Taiwan Relations Act*, assinado em 1979.



TAIWAN E PORTUGAL, NA MESMA ESCALA

Todavia, os EUA reconhecem que só há uma China, não se opondo à unificação das duas parcelas, desde que produzida por meios pacíficos. Na hipótese de o regime de Pequim tentar a conquista militar da ilha, tem prevalecido a noção de uma “ambiguidade estratégica” por parte do governo de Washington, uma vez que não se conhece nenhum tratado que garanta que os EUA iriam em socorro das tropas taiwanesas. Em contrapartida, desde a administração Obama que o governo de Washington vem admitindo, às claras, a intenção de aumentar a sua presença militar na região do Indo-Pacífico, permitindo que se conjecture que essa política se destina a confrontar militarmente uma eventual agressão da China a Taiwan. Reforçando essa ideia, os EUA procuraram mobilizar, como aliados, países dessa região, nomeadamente o Japão, a Coreia do Sul, as Filipinas, a Índia e a Austrália.

Taiwan, com os seus 23 milhões de habitantes, é, no plano político, uma república de regime presidencialista. Existem dois partidos principais, que disputam o poder de forma extremamente crispada. O Kuomintang (KMT), em coligação com o Partido Popular de Taiwan (TPP), tem a maioria no Parlamento, fazendo oposição ao governo do presidente Lai Ching-te (também conhecido por William Lai), que é apoiado pelo outro partido principal, o Partido Progressista Democrático (DPP). O KMT tem, hoje, uma atitude mais próxima de Pequim, considerando que o reforço de laços amigáveis constitui a única forma de preservar a paz, ao mesmo tempo que se recusa a renunciar ao objectivo da “reunificação”. O DPP, por sua vez, é visto de Pequim como sendo partidário da declaração de independência. As Forças Armadas de Taiwan são de modelo profissional, convivendo com uma conscrição de escassa preparação operacional.

As Forças Armadas da China (PLA)

A informação escrita que nos chega, em língua inglesa, denomina as Forças Armadas da China como *People’s Liberation Army* (PLA), pelo que, embora a tradução desta expressão nos conduza a *Exército de Libertação Popular*, nela se englobam os três ramos tradicionais das Forças Armadas – Exército, Marinha e Força Aérea – e um quarto ramo (Mísseis). Daqui em diante, designarei as FA chinesas por PLA. Contrariamente às suas congéneres americanas, os quadros das PLA não possuem experiência de combate recente. O último empenhamento de elevada exigência remonta a 1979, quando o regime de Pequim invadiu o Vietname. Em 2027, as PLA irão celebrar o 100.º aniversário da sua fundação, como braço armado do Partido Comunista Chinês. Nos EUA, tem sido dada bastante relevância a esta data redonda, uma vez que, segundo Bill Burns, antigo director da CIA, o presidente Xi Jinping terá dado instruções às PLA para “estarem prontas, em 2027, para conduzir uma invasão vitoriosa” de Taiwan.

No plano da qualidade dos quadros, além da muito sentida falta de experiência de combate, também é flagrante uma manifesta instabilidade nos postos mais elevados da hierarquia militar chinesa. Desde a realização do 20.º Congresso Nacional do Partido, em Outubro de 2022, mais de 20 oficiais de topo, pertencendo aos quatro ramos, desapareceram da vista do público ou foram exonerados das suas funções. As purgas nos altos postos têm sido comentadas no Ocidente como sendo prejudiciais para a modernização de certos tipos de armamento, para o funcionamento das estruturas de comando e para o próprio moral das tropas. Estes acidentes de percurso são, no entanto, contrabalançados por elevados investimentos nos orçamentos de defesa, sobretudo desde que, em 2012, Xi chegou ao poder. Por tal motivo, é convicção das autoridades norte-americanas que as PLA combaterão, se para tal forem instruídas, **MESMO NÃO ESTANDO COMPLETAMENTE PREPARADAS**. E, entretanto, é admitido como certo que as unidades marcadas como destinadas à invasão estão em permanente estado de prontidão.

Aspectos operacionais

Para não tornar este artigo excessivamente longo, vou procurar dissertar sobre o que admito serem as características de uma confrontação militar entre a China e os EUA, decorrente de uma iniciativa bélica para a reunificação das ‘duas Chinas’. Começaremos por esboçar uma abordagem sobre o QUANDO e o COMO dessa iniciativa.

QUANDO?

1. **IMEDIATAMENTE**, se as autoridades de Taiwan declararem a independência. É altamente duvidoso que uma tal decisão pudesse ter o apoio do governo de Washington, pelo que dificilmente poderá ser a causa do início do conflito.
2. **A CURTO PRAZO**, se o governo de Pequim concluir que os EUA não se empenharão na defesa de Taiwan, tese que tem o racional de não haver, na actual estrutura dirigente do Pentágono, uma ideia firmemente favorável ao empenhamento militar.

COMO?

A resposta a esta pergunta irá, por certo, transitar para um registo histórico invulgar. É que, na verdade, há fortes razões para que o essencial da operação tenha sido já apresentado ao mundo, através de grandes exercícios em torno da ilha, na forma de cerco, que poderia concretizar um verdadeiro bloqueio aeronaval. Esses exercícios, com largo emprego de meios navais e aéreos, tem sido benevolmente interpretados como forma de o governo de Pequim intimidar o regime de Taipé. Em Fevereiro do corrente ano, o comandante das forças dos EUA na região do Indo-Pacífico, almirante Samuel Paparo, não foi assim tão ingénuo, declarando que **“AS MANOBRAS AGRESSIVAS À VOLTA DE TAIWAN, NESTE MOMENTO, NÃO SÃO EXERCÍCIOS...SÃO ENSAIOS.”** Se acrescentarmos que, contrariamente ao que era usual no passado, estes exercícios são agora levados a cabo sem aviso prévio ou com aviso diminuto, compreenderemos que as PLA podem iniciar a operação de ataque a Taiwan partindo de **UM DISPOSITIVO QUE JÁ ESTÁ MUITO PRÓXIMO** da ilha e num ambiente político internacional em que não existe uma **CRISE**, conseguindo um cada vez mais difícil efeito de **SURPRESA**. Nesta eventualidade, bem real, a operação pode desenvolver-se segundo dois conceitos distintos:

1. Bloqueio aeronaval à ilha, esperando a reacção das Forças Armadas taiwanesas e dos EUA e seus aliados.
2. Ataque imediato às defesas de Taiwan e prontidão para alvejar quaisquer meios e posições dos EUA ou dos seus aliados donde partam acções hostis.

Desde que o presidente Obama anunciou a intenção de dar prioridade estratégica ao Indo-Pacífico, em prejuízo da Europa e do Atlântico, temos sido induzidos a pensar que os EUA estariam determinados a um confronto militar com a China, muito provavelmente por causa de Taiwan. Confesso que não consigo, ainda, encontrar certezas nesta matéria. Com o actual presidente, Donald Trump, não excluo que procure um entendimento com Xi Jinping, do qual resulte uma “luz verde” para que a peça que tem estado em ensaio tenha a sua estrepitosa estreia em palco. A muito recente (30 de Julho) recusa da Casa Branca em receber o presidente Lai, cuja visita a Washington foi cancelada à última hora, constitui um indício da preferência de Trump relativamente à parte mais forte, como sucedeu no caso do conflito Rússia-Ucrânia.

Na hipótese do bloqueio aeronaval – operação de longa duração, por certo – **É EXPECTÁVEL QUE A PRIMEIRA ACCÃO DE FOGO** parta dos EUA, enquanto presididos por Donald Trump?

Seguramente não. Trump não teria dificuldades em encontrar culpas diversas, nas autoridades de Taipé, para justificar a inacção americana. Recordaria, mesmo, que Taiwan é território da China, pelo que nem se trataria de uma ‘invasão’, mas sim do mais elaborado exemplo de uma ‘operação militar especial’. Xi Jinping, por seu turno, não deixaria de agradecer devidamente.

A acção de bloqueio torna-se particularmente provável quando se reflecte sobre como seria a eventualidade de uma guerra, na qual os EUA viessem a empenhar-se completamente. É sobre esta apocalíptica conjectura que irei, agora, discorrer, tentando demonstrar a sua IMPRATICABILIDADE e como a primeira hipótese é que é verosímil.

Guerra no Pacífico

O primeiro grande problema da parte que se opõe às PLA é que as Forças Armadas dos EUA que se encontram atribuídas ao Comando do Pacífico (United States Indo-Pacific Command) **NÃO ESTÃO EM TAIWAN**. Há, no entanto, diversas unidades dos 3 Ramos posicionadas em bases no Japão, na Coreia do Sul, nas Filipinas e em Guam, para referir as que se encontram mais próximas.



Antes de ficcionar o desenvolvimento do conflito em torno de Taiwan, convém recordar um pouco de doutrina, neste caso os **Elementos Essenciais de Combate** – fogo, movimento, choque, protecção e comando-ligação. Em caso de conflito, por iniciativa do governo de Pequim, que, como vimos, poderia não ser antecedido de qualquer crise, às autoridades dos EUA seria exigida uma decisão sobre o modo de REAGIR às hostilidades desencadeadas pela China. Essa reacção poderia ocorrer com relativa rapidez através do FOGO – lançamento de mísseis, bombardeamentos aéreos, ataques com submarinos a meios navais chineses – e manifestar-se-iam fortes hesitações quanto ao MOVIMENTO de meios na direcção de Taiwan. Ao ter lugar a primeira manifestação hostil por parte dos EUA, a China iniciaria a retaliação, alvejando bases militares e formações navais. Num Teatro de Operações (TO) predominantemente marítimo, a ausência de máscaras para encobrir os meios reduz a PROTECÇÃO à capacidade de, electronicamente ou por via cibernética, impedir ou prejudicar

o FOGO e o COMANDO/LIGAÇÃO do inimigo. Enquanto houvesse munições, a alta precisão das armas modernas garantiria um volume elevadíssimo de perdas, seguramente mais dolorosas para os EUA do que para a China. E, provavelmente, não tardariam a acordar um cessar-fogo, já com as tropas chinesas em Taiwan. É por esta razão que, quando ouvimos falar da propalada necessidade que os EUA têm de movimentar para o Indo-Pacífico forças do Exército actualmente posicionadas na Europa, devemos duvidar da utilidade de tal reforço e crer que, onde viessem a estar, constituiriam mais um alvo de fácil destruição. As forças terrestres, vocacionadas para o CHOQUE, nem chegariam, provavelmente, a movimentar-se.

O Apagão Militar

Esta visão global do conflito pode ser completada com alguns aspectos relacionados com o emprego de armas e equipamentos de alta tecnologia e as vulnerabilidades que qualquer APAGÃO introduziria no desempenho das tropas. Hoje já não é possível deixar de admitir que, em determinado momento do combate, as medidas e contramedidas electrónicas e a guerra cibernética podem, subitamente, transformar equipamentos muito sofisticados em sucata da melhor qualidade. É claro que o autor destas linhas não tem experiência pessoal que o credite a abordar esta questão, pelo que vai recorrer a quem, nesta matéria, pode ficcionar como resultado dos seus conhecimentos profissionais.

De facto, a ideia essencial de as forças chinesas serem capazes de inutilizar por um certo período os equipamentos de comando, controlo, comunicações e tiro das forças ocidentais (muito bem expresso pela expressão “écrans negros”), não é propriamente uma fantasia. A “apresentação” desta capacidade foi feita ao *USS Donald Cook*, no Mar Negro, em 2019, quando teve as suas capacidades de combate anuladas (écrans negros) por um caça russo.¹ O articulista do *Washington Post*, David Ignatius, afirmaria mesmo que “na última década, em jogos de guerra contra a China, os EUA possuem um quase perfeito record: perdemo-los quase todos”, o que, refere o autor, é uma citação de *The Kill Chain: Defending America in the Future of High-Tech Warfare*, obra escrita por Christian Brose, antigo director do *staff* do Comité das Forças Armadas do Senado dos EUA. Segundo Brose, em caso de guerra com a China, “os nossos satélites de espionagem e comunicações seriam imediatamente incapacitados; as nossas bases avançadas em Guam e no Japão seriam ‘inundadas’ por mísseis de alta precisão; os caças F-35 não conseguiriam alcançar os seus alvos porque os aviões-tanques de reabastecimento seriam abatidos.”²

Num artigo da revista *Foreign Affairs*, Michèle Flournoy, ex-Subsecretária da Defesa para a Política, referiu que os jogos de guerra do Pentágono “demonstram que os actuais planos de forças deixariam as Forças Armadas incapazes de deter e de derrotar uma futura agressão chinesa. Os conceitos de guerra já não podem basear-se num modelo baseado no desgaste, porque as forças americanas ficarão provavelmente em inferioridade numérica e debaixo de um ataque persistente”. Isto sucede, afirma a autora, porque a China e a Rússia desenvolveram “armas cibernéticas, electrónicas e cinéticas destinadas a perturbar a capacidade de movimento, de navegação, de comunicação e de ataque das forças americanas, assim como estabeleceram sucessivas linhas de defesa para abater os aviões e afundar os navios dos EUA, bem antes de eles alcançarem uma posição para atacar os seus alvos”.³

¹ <https://aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/2195-a-supremacia-militar-perdida-dos-eua>

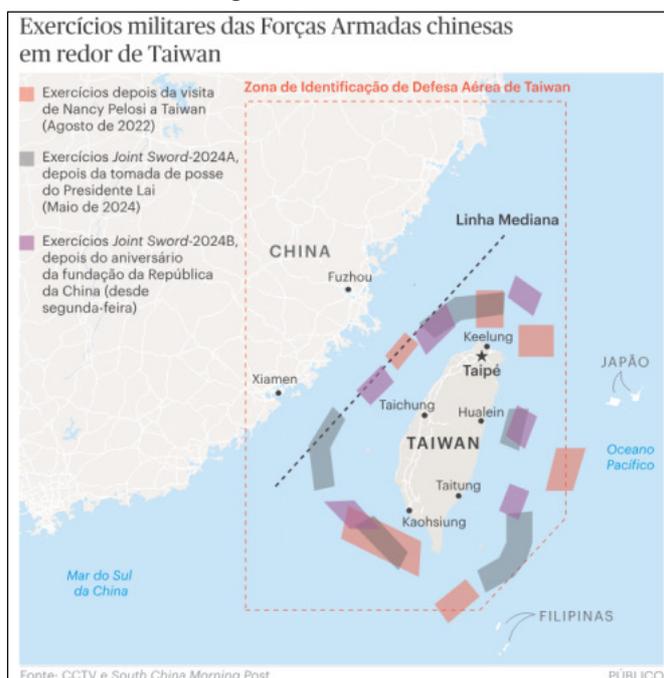
² IGNATIUS, David, *Think we have military primacy over China? Think again*, Washington Post, 13-05- 2020.

³ WILL, George, *Jack Reed is crucial to our national security. How will he handle it?* Washington Post, 14-05-2021.

Em 2021, foi publicada a obra *2034 – A novel of the next world war*, da autoria conjunta dos americanos Elliot Ackerman e James Stavridis. Embora se trate de uma novela, o facto de Ackerman ter cumprido, como *marine*, 4 comissões no Iraque e no Afeganistão, e de ter, posteriormente, trabalhado para a CIA, acrescido da circunstância de Stavridis ser almirante da Marinha dos EUA e ex-Comandante Supremo Aliado na Europa, fez-me admitir que, no meio das fantasias que uma obra deste género sempre comporta, poderia vislumbrar “nas entrelinhas” alguns indícios ou alguma matéria que viesse complementar as ideias atrás mencionadas. A obra avança-nos para o não muito distante ano de 2034 e leva-nos ao incidente que provoca o início da guerra. Da descrição ficcionada do desenrolar do conflito, retirei estes três significativos apontamentos.

- Os chineses começam por ‘desligar’ todos os equipamentos dos navios americanos (ecrãs negros), deixando-os cegos, surdos e mudos; seguidamente, como se estivessem num exercício, afundam 37 dos 40 navios da força de dois *carrier battle groups*, incluindo os dois porta-aviões;
- No próprio território dos EUA, a incapacitação de equipamentos tão vulgares como os telemóveis, as caixas multibanco ou a não-aceitação das *passwords* dos computadores, deixa a Casa Branca em descontrolado sobressalto;
- Incapazes de replicar no patamar convencional, a resposta dos EUA a uma derrota naval, seguida da invasão de Taiwan, vai ser a destruição de uma grande cidade chinesa com arma nuclear táctica, **transportada por aviões antigos, desprovidos de tecnologia sensível à guerra cibernética**; seguida da retaliação chinesa sobre duas cidades americanas.

Esta possibilidade de um APAGÃO, naturalmente revestindo diversas formas, deve provocar uma ANGÚSTIA profunda nos comandantes dos diversos escalões. Suspeito de que as Escolas Militares ainda não começaram a organizar a medicação para este tipo de pesadelos operacionais. Estas inovações não vão acabar com as ‘guerras menores’, nomeadamente aquelas que opõem uma força poderosa a um adversário guerrilheiro, mas as confrontações entre grandes potências são, por estes tempos, pouco menos do que impraticáveis. Numa guerra como a que se trava na Ucrânia, já são patentes as modificações resultantes de notórios avanços tecnológicos. Mas ainda há árvores e túneis e outras formas de cobertura. No mar, porém, está tudo à vista. Por isso julgo que uma guerra de elevada intensidade num TO marítimo é, presentemente, impraticável. Mas, quanto àquela hipótese do bloqueio naval de Taiwan, seguido de conquista suave, tenho dificuldade em imaginar melhor oportunidade do que os meses que se avizinham.



David Martelo – 02 de Agosto de 2025